

EQÜIDADE, ÉTICA E DIREITO À SAÚDE: DESAFIOS À SAÚDE COLETIVA NA MUNDIALIZAÇÃO¹

Virginia Fontes²

PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS, URGÊNCIAS E URGÊNCIA TEÓRICA

Esta intervenção está centrada na defesa de algo que tende a ser apresentado, na atualidade, como desprovido de sentido e caduco: a necessidade de que a reflexão retome a compreensão da totalidade, que incorpore o movimento das contradições, que associe estreitamente a subjetividade às relações sociais objetivas, que leve em conta o eixo articulador da extração do sobretrabalho como base para a compreensão das classes sociais e que, finalmente, não esqueça de que é possível um mundo diferente; que o novo pode existir. Mas não existirá sem nossa intervenção.

Creio que essa opção merece explicação. Houve, nas últimas décadas, um reforço de visões voltadas para o imediatismo, calcada numa base filosófica *pragmática*, isto é, para a intervenção imediata em situações pontuais, a partir dos elementos disponíveis. Sobre o assunto, fez menção, há alguns anos, o filósofo Leandro Konder:

A construção do conhecimento necessita de desconfiança em relação a si mesma e também de autoconfiança. Em que a dialética, na concepção de Marx, pode contribuir para a satisfação de cada uma dessas necessidades ?

¹ Texto adaptado de uma comunicação apresentada no IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde / X Congresso das Associação Latino-americana de Medicina Social / XIV Congresso da Associação Internacional de Política de Saúde (Salvador/BA – jul./2007), dentro do Painel: “Inflexões no Ensino das Teorias Críticas sobre o Trabalho e Sociedade na Saúde”.

² Historiadora, Doutora em Filosofia pela Université de Paris X colaboradora do programa de Pós-graduação em História na UFF, Profa Visitante da EPSJV/Fiocruz

A contribuição para a desconfiança vem pela ligação com o conceito de *ideologia*: a distorção ideológica pode ser tão sutil que eu não a perceba infiltrar-se em meu ponto de vista, em minhas razões, em minha ciência, em minhas intuições. A contribuição para a autoconfiança vem pela ligação com o conceito de *práxis*, a atividade do sujeito que de algum modo aproveitou algum conhecimento ao interferir no mundo, transformando-o e se transformando a si mesmo. Cabe à dialética, em Marx, articular a crítica das ideologias à práxis. Se a crítica das ideologias não se ligar à práxis, ela tende a se deteriorar, tende a se reduzir à mera ...distorção ideológica. Se a práxis não se ligar a uma constante crítica das ideologias, ela degenera em pragmatismo. De fato, as três se condicionam reciprocamente; a práxis precisa da crítica das ideologias para melhorar o conhecimento com base no qual se orienta; a crítica das ideologias precisa ao mesmo tempo contribuir para a orientação e para o questionamento da práxis. Cada uma das duas, então, precisa da outra. E ambas necessitam da dialética (como a dialética necessita de ambas)".³

Não cabe agora, neste curto espaço, combater diretamente essa filosofia, mas apontar para algumas de suas limitações, com intuito de contribuir para uma formação consistente para os trabalhadores em geral e, no nosso caso, os da saúde.

O mundo nos vem sendo apresentado, muitas vezes, como se a maioria da população vivesse num barco naufragando: há inúmeras urgências e todas colocam em risco a vida da maioria das pessoas. Há entretanto alguns que parecem não estar no mesmo barco e olham à distância para a tragédia; outros, que dispunham de barcos salva-vidas, ou helicópteros especiais, blindados e com seguranças, já se puseram ao largo, abandonando o navio. Os que todavia, por escolha ou impossibilidade de outra opção, permaneceram no navio, precisam atuar de maneira rápida para assegurar a sobrevivência do maior número de vidas possível.

Nessas condições, compreende-se que a atuação imediata não leve em consideração questões mais gerais como a lotação do barco; as condições de segurança para os passageiros (e não para

³ Konder, L. *A dialética e o marxismo*. Aula Magna, PUC/RJ, 2003, p. 1-2. Negritos meus, VF.

a companhia de seguros); a necessidade daquele trajeto; a própria necessidade daquele barco (por que construímos barcos desse tipo e viagens daquela modalidade?); a necessidade de uma seletividade (salvaremos primeiro as crianças? as mulheres? os negros? os adultos? os jovens? as grávidas? os velhos e a memória do processo?); quem terá acesso ao oxigênio e às bóias?, etc.). Nas dramáticas condições, a reflexão mais geral fica suspensa pela emergência da situação.

Intervenções similares na vida social contemporânea vêm sendo justificadas por urgências legítimas. As carências da vida social – em especial no Brasil – são dramáticas e imediatas. Assim, numa situação de não-ditadura parece-me que nossa existência vem sendo apresentada como equivalente a uma atuação permanente em naufrágios ou incêndios. Hesito em utilizar o termo democracia, não querendo reduzi-lo à simples expressão eleitoral regular e à vigência de uma Constituição, ainda que raramente respeitada no que concerne aos interesses populares, isto é, democráticos. Vivi sob uma ditadura e sei o quanto é menos pior a vida sob condições legais. Mas também não quero esquecer que as enormes lutas das quais participei contra a ditadura não se limitavam ao aprendizado de apagar incêndios: queríamos um mundo sem lança-chamas.

Esta é, entretanto, a lógica do pragmatismo: descartar as considerações sobre as condições gerais que produzem (e reproduzem) os naufrágios e os incêndios, que ficamos obrigados a combater a cada segundo, ficando assoberbados, pois mal acabamos um e já estamos no combate ao naufrágio ou ao incêndio seguinte. Estamos apagando os incêndios com jatos que, parecendo amenizar a situação imediata, despejam lança-chamas para todos os lados.

Essa vem sendo a lógica disseminada pelo que Lucia Neves⁴ vem chamando de “pedagogia da hegemonia”, ou as novas estra-

⁴ Neves, L. M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias burguesas para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2006.

tégias do capital para produzir o consenso. Em outros termos, mantendo a metáfora que adotamos até aqui, trata-se de suscitar permanentemente catástrofes, para em seguida abrandar alguns de seus efeitos mais contundentes, *contando porém (e sobretudo) com a atividade generosa dos próprios sinistrados*. Estas estratégias perversas vêm encontrando uma justificativa intelectual no que muitos denominam de “sociedade civil”, apoiando-se em aceção francamente liberal forjada desde o século XVIII, que a considera como uma esfera imune ao mercado e alheia ao Estado.

Ora, esse tipo de abordagem já foi criticado por Marx e exaustivamente retrabalhado por Antonio Gramsci⁵. Este pensador denomina, aliás, tais associações – a que em sua cuidadosa leitura teórica constituem a sociedade civil, conceito integralmente reformulado por ele – como *aparelhos privados de hegemonia*, conceito que já demonstra como a disseminação de entidades na vida social remete à disputa organizativa das classes sociais, produzindo certos tipos de consciência e de sociabilidade, quer seja para a preservação da ordem e da dominação de classes, quer seja para sua transformação (contra-hegemonia).

Ademais, demonstra exaustivamente como se imbricam no Estado e, ao fazê-lo, contribuem para delinear a conformação específica das políticas públicas. O conceito de *Estado ampliado*, observando as formas contemporâneas do capitalismo, permite identificar a maneira pela qual se consolida a hegemonia de setores dominantes, assim como explicitar os inúmeros locais sociais nos quais ocorrem embates e lutas sociais, lutas de classes sociais e confrontos entre projetos de sociedade.

No Brasil contemporâneo, inúmeras entidades organizativas, em sua maioria apoiadas pelo empresariado, convocam exatamente os setores sociais mais desamparados para:

- apaziguar e, se não for possível, reduzir ao âmbito local as lutas sociais, intervindo com projetos culturais, sociais, científicos

⁵ Cf. Fontes, V. *Sociedade civil no Brasil contemporâneo*. In: Lima, J. e Neves, L. (Orgs.) - *Fundamentos da Educação escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio, Fiocruz, 2006.

e outros⁶ para ‘incluir’ uma população supostamente ‘excluída’. Como se houvesse um lado de fora da dominação capitalista, como se ainda subsistisse uma população inteiramente alheia ao predomínio do capital, do capitalismo e do mercado;⁷

- divulgar e difundir uma maneira de viver, um *modus vivendi* sem direitos (uma sociabilidade e uma certa forma *empreendedora* de ver o mundo): trata-se de viver de projetos e de tentar “vendê-los” a algum comprador; de oferecer a mão-de-obra sem direitos, sem jornada de trabalho, sem contrato regular e, em alguns casos, gratuita, agora denominada ‘voluntária’, a troco de comida. Adestram-nos a viver sob condições ainda mais precárias do que as que já conhecemos e, ao mesmo tempo, nos ensinam que tal precariedade deve ser voluntária e em ‘prol de todos’;
- abandonar qualquer luta pela universalidade e pela igualdade, consideradas pré-históricas. Sugerem que permaneçamos cegos pela urgência e impelidos pelas necessidades imediatas que, embora reais, eliminam qualquer tomada maior de fôlego, aplastrando a reflexão histórica e transformadora;
- aceitar qualquer *parceria* – o que, em condições de urgência, em geral não merece maiores reflexões: a mão estendida em nossa frente significa a vida ou a morte. Na urgência imediata, agradecemos à mão que salvou alguns da catástrofe⁸. Esquecemos entretanto que muitas vezes a mão esten-

⁶ Cf. Montañó, C. *Terceiro Setor e questão social*. 2ª ed., SP, Cortez, 2003 e Martins, A. *A Burguesia e a Nova Sociabilidade – estratégias políticas para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Tese de doutoramento, Faculdade de Educação-UFF. Niterói, 2007.

⁷ Fontes, V. *Capitalismo, exclusões e inclusão forçada*. In: Fontes, V. *Reflexões Im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

⁸ Pesquisa feita por Merrill Lynch e Cap Gemini, apresentada pelo jornal *O Globo* traz dados sobre o crescimento dos milionários no mundo, os quais no Brasil chegam a 120.000 pessoas. Estas pesquisas incluíram análises sobre **filantropia e responsabilidade social**: “foram distribuídos US\$ 285 bilhões a causas humanitárias, com os ultramilionários dando 10% de sua riqueza. A pesquisa também apurou que 10% dos milionários pediram aos gestores de suas fortunas que selecionassem investimentos socialmente responsáveis. O meio-ambiente não foi esquecido. Os investimentos em energia limpa cresceram 43%, para US\$ 70 bilhões”. *No Brasil, 120 mil têm mais de US\$ 1 milhão. Número de milionários cresceu 10% no país e 8,3% no mundo em 2006. Emergentes são destaque*. **O Globo** 28/06/2007, caderno de Economia. p. 28 [matéria não assinada].

didada para o único sobrevivente da catástrofe foi a do construtor do barco, a do fabricante de lança-chamas, ou que ambas as fábricas pertencem ao mesmo proprietário 'anônimo' de ações. Assim, ainda que uma ou outra vida seja salva neste incêndio/naufrágio específico, outras tantas são constantemente colocadas em condições de risco.

Decerto, apenas a educação não resolverá os problemas dramáticos que temos de enfrentar, e a ação coletiva, teórica e prática, tem papel fundamental. Mas, como lembrou Leandro Konder, a praxis é algo que está além da mera agitação prática e imediata, pois dessa forma arrisca a reduzir-se a pragma. Para que seja efetiva, necessita voltar a refletir sobre as condições do próprio pensamento, sobre as condições nas quais se exerce a prática, precisa voltar a produzir conhecimento e a fazer a crítica das ideologias. É nesse sentido que venho aqui defender que façamos o percurso oposto ao que vem dominando na atualidade, na qual uma ação prática urgente se desenvolve com escassa reflexão teórica (que toma muito tempo, como dizem).

É pois a defesa do rigor teórico (e não rigidez) que considero ser fundamental retomar. A formação e a educação em todos os níveis – e com mais razão ainda aquela voltada para a formação imediata de trabalhadores, em especial para aqueles cujas tarefas serão o próprio relacionamento com seres humanos em situação de fragilidade - deve voltar a se constituir como uma prioridade nesses tempos dolorosos.

A experiência que venho apresentar é a da leitura coletiva do texto clássico, de Marx, a *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trata-se de um dos textos mais difíceis e complexos de Marx, pois aborda uma vasta gama de questões ligadas ao processo de conhecimento, de forma mais geral, e expõe sua própria compreensão do processo de conhecimento, profundamente dialético e totalmente mergulhado na historicidade que o constitui.

A retomada de Marx em sala de aula – no próprio texto autoral – parece-me hoje um dos melhores antídotos ao pragmatismo e aos ecletismos que a ele se associam, como, ain-

da, a certas tendências de cunho pós-moderno que, em nome de pressupostos legítimos (a descolonização, a diversidade cultural, os saberes populares), aniquilam o conhecimento científico e esterilizam a historicidade como capacidade transformadora⁹.

Assim, vale retomar rapidamente essa prática de sala de aula. Ela baseou-se, sempre, na convicção de que os estudantes têm condições de ler textos densos, originais. Esta convicção não é aleatória. A tendência a apresentar comentários ou apresentações de textos no lugar dos textos originais arrisca-se a simplificar em demasia as questões formuladas pelos autores – e, em especial, por Marx, cuja obra é inúmeras vezes alvo de simplificações e esquematismos. Assim, ainda que muitas vezes a turma esbarre em dificuldades de compreensão, tais dificuldades são absolutamente compreensíveis, pois os próprios docentes – que se supõe, já leram inúmeras vezes o texto – também esbarram em dificuldades. Compartilhar as dificuldades é uma das maneiras de aprender, ensinando. É fundamental, inclusive, ressaltar o quanto os comentários dos alunos – em sala de aula ou através de trabalhos de leitura – trouxeram aportes, muitas vezes absolutamente luminosos, sobre o texto.

Muitos o consideram inacessível aos estudantes do Ensino Médio e, mesmo, a universitários (em graduação e, mesmo, em pós-graduação). Tal suposição não se confirma: em diversas experiências de leitura coletiva com alunos de movimentos sociais (em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST) – cuja escolarização oficial permanece muito aquém do que desejam e do que todos gostaríamos –, observou-se uma enorme capacidade de compreensão para as questões centrais do texto. Vale acrescentar que nem sempre é possível assegurar a plena compreensão do texto, o que aliás é válido para qualquer texto trabalhado em sala de aula. Entretanto, lidar com referências clássicas permite o aguçamento da curiosidade intelectual e histórica e da percepção de que leituras densas não estão reservadas para alguns “eleitos”.

⁹ Ver, a esse respeito, o belo trabalho de E. Wood e Foster, J. B. (Orgs.). *Em defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Marx permite abordar, com muito refinamento, temas de extrema atualidade, ao apresentar a dialética e a historicidade como condições para a explicação/compreensão do mundo, fugindo de um materialismo limitado e obtuso, que conduz à simplificação do real, à mera quantificação resultante de procedimentos analíticos, à redução dos sujeitos e à exaltação do objeto e, por esse viés, ao pragmatismo. Ao mesmo tempo em que valoriza o papel do sujeito conhecedor (assim como da ação subjetiva, social e humana, no processo histórico), ataca duramente os procedimentos idealistas, que limitam o alcance do real à mera boa vontade expressa pelos mais puros “ideais”, eventualmente generosos, mas incapazes de se traduzirem na plena compreensão do mundo e na exigência de sua radical transformação. Incorporar a ação criativa e subjetiva em nada significa recair no subjetivismo: este, ao contrário, limita a ação coletiva ao encerrar as singularidades sociais nos contornos tênues – mas rígidos e encapsulantes – do individualismo.

Coloca-nos diante do desafio da produção de um conhecimento plenamente implicado na vida social e histórica, e em suas transformações: em outros termos, exige explicar a totalidade na qual o próprio conhecedor está imerso, reconhecendo plenamente o local social no qual se encontra e as contradições com as quais se debate. Tal *implicação* de forma alguma reduz o alcance da explicação ao âmbito do mero indivíduo e suas idiossincrasias. Ao contrário, permite e exige explicar a totalidade e compreender (sentir, viver com, a empatia) ao mesmo tempo em que não se limita à mera descrição, que aparenta uma explicação tecnicada na qual os agentes sociais desaparecem.

O conhecimento da totalidade e de suas contradições nada tem de totalitário: exige, ao contrário, identificar, reconhecer e concatenar a extrema diversidade da qual se compõe a totalidade efetiva. Totalitário é, ao contrário, o procedimento cognitivo que ao negar (ou desprezar) a existência das formas de unificação capitalista predominantes na atualidade, apenas reforça o próprio movimento da lógica dominante, esta sim totalitária pois naturalizada na sua produção de urgências aparentemente desconectadas umas das outras.

Para concluir, relembro que estou sugerindo que retornemos Marx não para que nos forneça as respostas para as nossas angústias e inquietações, pois ele não poderia fazê-lo. Mas para reaprender a pensar, a explicar, a compreender, objetivando enfrentar o desafio do capitalismo contemporâneo nas suas múltiplas dimensões. Compreender a unidade capitalista forjada a ferro e fogo sobre as enormes diversidades planetárias é o nosso desafio contemporâneo. Afinal, formamos nossos estudantes para serem trabalhadores subordinados a um mercado capitalista que na atualidade lhes recusa inclusive a consciência de serem... trabalhadores.

Temos a possibilidade de lhes fornecer, também, elementos críticos para que sua inserção nesse mundo do trabalho não se limite a sofrê-lo ou a admiti-lo passivamente, mas gerem novas opções de futuro. A ética, tema deste nosso encontro, exige a correspondência entre as mais elevadas formulações do conhecimento e da própria humanidade com a prática exercida no dia a dia. Ela é pois, sempre, um elemento social, aberto para o futuro.

É pois conveniente inflitirmos formas de ensino que esqueçam a crítica, de forma a que nossos estudantes disponham dos elementos para pensar o mundo no qual vivemos. E, quem sabe, caso queiram ou possam tais trabalhadores, recusarem-se a cumprir o papel de massa apassivada – embora freneticamente ativa – das estratégias de convencimento burguesas atuais. Estas contam com recursos financeiros muito mais concentrados do que era possível imaginar no século XIX, tempo de Marx. Demandam pois ainda mais rigor e mais empenho em nossos dias.